

Renan defende entendimento em torno da Emenda 3

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que tem notado entre empresários, líderes sindicais e parlamentares o desejo de encontrar uma solução para o impasse em torno da Emenda 3 ao projeto da Super-Receita, vetada pelo presidente da República. **Página 3**

Formação de professor pela Capes passa em comissões

Projeto que dá à Capes, hoje responsável pelas políticas de pós-graduação, o poder de também contribuir para a formação de professores do magistério e de nível superior foi aprovado ontem por duas comissões do Senado. O próximo passo é a votação no Plenário. **Página 2**

Adulto que usar menor em crime pode ter pena dobrada

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova com modificações projeto do deputado Onyx Lorenzoni, que será agora submetido ao exame do Plenário do Senado



Na reunião da CCJ, Jarbas Vasconcelos (D) discute proposta com os senadores Aloizio Mercadante e Demostenes Torres (E)

O relator do projeto na CCJ, senador Jarbas Vasconcelos, acolheu emenda de Eptácio Cafeteira que dobra a punição também para o adulto não integrante de quadrilha ou bando que utilizar menor de 18 anos em ações criminosas. O projeto agrava ainda a pena do adulto que admitir a participação de um menor em conduta delituosa, mesmo de natureza acessória. **Página 7**

Comissão quer controlar resíduos de agrotóxicos em alimentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de Serys Slhessarenko que obriga a realização de testes periódicos da qualidade dos alimentos e prevê a fixação de limites residuais de agrotóxicos e esteróides. A CAS acolheu ainda proposta de Paulo Paim sobre eleição para presidente e vice das Cipas. **Página 6**

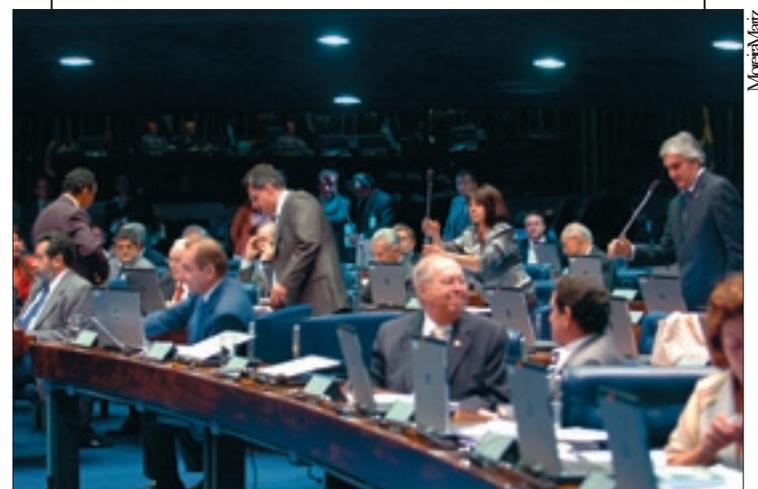


Projeto de Paim (2º à esq., entre João Durval e Mesquita Júnior) modifica CLT

Senadores apóiam decisão sobre fidelidade

Lúcia Vânia, Valter Pereira, Jayme Campos e Renan Calheiros manifestaram apoio à decisão do Tribunal Superior Eleitoral de que o mandato pertence ao partido, e não ao político por ele eleito. **Página 3**

O Plenário do Senado aprovou ontem mensagens do presidente da República com a indicação de embaixadores para quatro países: Costa Rica, Romênia, Portugal e Zimbábue. **Página 2**



Senadores elogiam a atuação do ex-embaixador em Portugal Paes de Andrade

Plenário do Senado deverá examinar projeto do Executivo que amplia funções da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e cria 410 cargos

Comissões aprovam proposta que reforça a formação de professores

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e responsável por elaborar e acompanhar as políticas para pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) – poderá passar também a colaborar com o MEC na formação inicial e continuada de professores do magistério e de nível superior.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem substitutivo a projeto do Executivo que permite a ampliação das competências da Capes.

O projeto (PLC 10/07), já aprovado na Câmara, tramita em regime de urgência no Senado. O substitutivo foi elaborado em conjunto por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator na CCT, e Marisa Serrano (PSDB-MS), relatora na Comissão de Educação (CE), onde a proposição foi aprovada na terça-feira.

Na CCJ, o relator ad hoc foi o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), presidente da CCT, que alterou o relatório original de



CCT acata substitutivo de Azeredo (terceiro à esquerda) a proposta do Executivo

Pedro Simon (PMDB-RS) para adequá-lo ao acordado nas outras duas comissões. A proposta ainda será avaliada pelo Plenário.

De acordo com a proposição, a Capes – que é responsável por mais da metade das bolsas de pós-graduação no país – colaborará na formulação de políticas e desenvolvimento de atividades de suporte na formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Tanto na formação inicial de professores quanto na continuada serão utilizados recursos e tecnologias de educação a distância, mas a formação inicial será feita preferencialmente por ensino presencial.

A entidade contará com mais 140 cargos de assistente e 270 cargos de analista em Ciência e Tecnologia, além de 52 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) – dos quais, segundo o texto do substitutivo, pelo menos 16 serão obrigatoriamente destinados a servidores efetivos.

Pólos tecnológicos

Uma subcomissão destinada a estudar, acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos pólos tecnológicos vai funcionar no âmbito da CCT. O requerimento para a criação do colegiado, de autoria de Cícero Lucena (PSDB-PB), foi aprovado ontem. A subcomissão será composta por cinco senadores e funcionará por 12 meses.

Ideli preside frente parlamentar em defesa do carvão

A líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Ideli Salvatti (SC), assumiu na noite de terça-feira a presidência da Frente Parlamentar Mista

em Defesa do Carvão Mineral, para o biênio 2007/2009, em substituição ao senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Criada em 2005, a frente tem como

objetivos estimular e colaborar para a inclusão do carvão mineral como “importante alternativa à matriz energética nacional”.

Plenário acolhe indicações para quatro embaixadas

O Senado aprovou ontem mensagens do presidente da República com a indicação de quatro diplomatas para ocuparem o cargo de embaixador do Brasil.

Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares deverá ocupar o cargo na Costa Rica; Vítor Cândido Paim Gobato, na República da Romênia; Celso Marcos Vieira de Souza será embaixador em Portugal; e Raul de Taunay, na República de Zimbábue, cumulativamente com Zâmbia e Malauí.

Também ontem, vários senadores solidarizaram-se com Antônio Paes de Andrade, “pelo modo indelicado” com que teria sido comunicado de seu afastamento do cargo de embaixador em Portugal. Inácio Arruda (PCdoB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI), Patrícia Saboya (PSB-CE), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Mão Santa (PMDB-PI) e Renato Casagrande (PSB-ES) enalteceram a importância política de Paes de Andrade e sua correção na vida pública.

Congresso analisa ampliação de investimentos federais no PAC

Sessão do Congresso na terça-feira, às 11h, apreciará projeto que altera dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007. Uma das mudanças permitirá que a União amplie sua capacidade de investimento em infra-estrutura para implementação de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A proposição (PLN 1/07) estabelece um aumento do Projeto

Piloto de Investimento (PPI) equivalente a 0,3% do PIB, o que deverá possibilitar a incorporação de R\$ 6,69 bilhões ao investimento, totalizando R\$ 11,28 bilhões.

Propõe ainda a exclusão das despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção vinculadas aos censos populacional e agropecuário da regra que limita as mesmas a 90% dos valores empenhados em 2006.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Audiência debate situação de trens metropolitanos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência às 9h para discutir os investimentos do governo federal nos sistemas de trens metropolitanos. A reunião conta com a presença dos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes; e do presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), João Luiz da Silva Dias.

Propostas que apóiam deficientes em pauta na CDH

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se para votar pauta de seis itens. Entre eles, o projeto que muda o tamanho de confecção das cédulas de papel-moeda para permitir que sejam identificadas por pessoas com deficiência visual. Também em pauta a proposta que prevê indenização a portadores da síndrome da talidomida por danos morais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Tião Viana, César Borges, Mão Santa e Valter Pereira



Nascimento declara que sua atuação no primeiro mandato de Lula "foi exemplar"

Alfredo Nascimento reassume ministério e rebate denúncias

Ao se despedir ontem do Senado para reassumir o cargo de ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR-AM) rebateu as denúncias de irregularidades publicadas pela imprensa e disse que a sua atuação como ministro, no primeiro mandato do presidente Lula, "foi exemplar". Ele reassume o cargo hoje, às 10h, no Palácio do Planalto.

O parlamentar também negou o oferecimento de cargos e verbas a parlamentares para ingresso no Partido da República (PR).

Em apertes, 16 senadores, além do presidente da Casa, Renan Calheiros, manifestaram apoio a Alfredo Nascimento.



"Vamos extirpar os vendilhões da pátria", comemora Jayme Campos

Jayme Campos vê novo momento na política brasileira

O senador Jayme Campos (DEM-MT) saudou ontem, em Plenário, a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral na terça-feira segundo a qual os mandatos obtidos nas eleições pelo sistema proporcional (deputados estaduais, federais e distritais e vereadores) não pertencem aos candidatos eleitos, mas aos partidos políticos ou às coligações.

– Estamos vivendo um novo momento na política brasileira. Vamos extirpar os vendilhões da pátria. Eu conheço deputado federal que, em menos de 90 dias, trocou de partido três vezes – afirmou Jayme Campos.

Presidente do Senado vê possibilidade de acordo sobre veto parcial a projeto da Super-Receita e declara concordar com iniciativa do TSE que fortalece os partidos

Renan reconhece desejo de negociação sobre Emenda 3

Ao receber o presidente da Força Sindical, deputado Paulinho da Força (PDT-SP), e outros sindicalistas interessados em manter o veto do presidente da República à Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reconheceu que existe um desejo de negociação entre trabalhadores, empresários e parlamentares para se chegar a um entendimento em torno da matéria.

A Emenda 3 proíbe os auditores da Receita Federal de autuarem empresas que contratarem prestadoras de serviço constituídas por uma única pessoa, se constatarem que o contrato em questão esconde uma relação trabalhista.

Parlamentares da oposição afirmaram que esse tipo de contratação é benéfica para os prestadores de serviço e se mobilizaram pela derrubada do veto. O governo, então, enviou ao Congresso um projeto de lei alternativo, que mantém o poder de fiscalização da Receita, mas garante à empresa autuada o direito de defesa.

Num movimento pelas duas Casas do Congresso para impedir o Legislativo de derrubar o veto, os sindicalistas pediram a Renan



Sindicalistas pedem que Renan (C) não ponha o veto na pauta e que se busque um acordo

que ele não seja submetido à votação. O presidente do Senado disse que sua disposição é resolver isso com base num entendimento.

Ele lembrou que o Congresso já fez a leitura dos vetos presidenciais para o início da contagem do prazo para apreciação. Com a aquiescência dos líderes, será marcada uma sessão para que os vetos sejam analisados. Até lá, contudo, observou, "há um espaço grande para negociação, quem sabe, definitiva. Aliás, o Brasil quer muito isso, porque quer segurança jurídica".

– Acho que vamos ter que esgotar esse processo de negociação

para, ao fim e ao cabo, apreciar o veto. Há uma abertura. Senti hoje nas centrais, tenho sentido nos empresários e nos parlamentares esse desejo. E considero importante que nós construamos uma saída definitiva – afirmou.

De acordo com Renan, o Senado tentou resolver a situação ao aprovar essa emenda regulamentando a situação do trabalhador convertido em pessoa jurídica.

– Se o texto da emenda que fizemos não resolve, se ela precisa ser aprimorada, nós vamos verificar isso durante esse espaço de tempo até o dia marcado para votação – afirmou.

Apoio à decisão do TSE sobre fidelidade partidária

O presidente do Senado, ao comentar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que o mandato do candidato vencedor de eleição proporcional pertence ao partido, e não ao parlamentar, disse que apóia "tudo o que for feito no sentido do fortalecimento da fidelidade partidária".

A decisão do tribunal foi tomada na terça-feira, durante julgamento de consulta do PFL (que desde ontem passou a se chamar Democratas e a adotar a sigla DEM) e vale para mandatos de deputado federal, estadual ou distrital e de vereador.

Renan considerou a interpretação do TSE um avanço. Embora ressaltando que ainda não conhece o inteiro teor da deliberação, ele afirmou que o tribunal avaliou a legislação eleitoral conforme a reforma política aprovada no Senado. Com a interpretação dada agora pelo TSE, frisou, "quem ganha é o sistema político porque, pelo menos com relação às eleições proporcionais, fica impedida a migração partidária".

Ao mesmo tempo, Renan observou que, se essa decisão for definitiva, poderá "engessar" os políticos que se incompatibilizarem com suas legendas.

– Se houver alguma incompatibilidade, é preciso haver um caminho, um prazo de mudança, uma alternativa para que isso possa ser resolvido – disse.

Com novo presidente, PFL troca de nome: Democratas

Em assembleia realizada ontem, o PFL aprovou o novo nome do partido: Democratas. A agremiação também anunciou seu novo presidente, o deputado federal Rodrigo Maia (RJ), que substituirá o ex-senador Jorge Bornhausen. Durante a cerimônia, o líder da sigla no Senado, José Agripino (RN), reiterou que o Democratas, assim como o antigo PFL, fará oposição ao governo do presidente Lula.

Ao justificar a mudança de nome, o senador Heráclito Fortes (PI) declarou que isso ocorre "no âmbito do processo de renovação do partido". Já o deputado federal Onyx Lorenzoni (RS), ao discursar durante o evento, afirmou que, se é verdade que a agremiação diminuiu sua presença em diversos estados do país – referindo-se às eleições de outubro do ano passado –, por outro lado a teria reforçado "em regiões nas quais há mais crítica e reflexão".

Estiveram presentes à cerimônia também o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia; o ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo; o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; seu vice, Paulo Octávio; e os senadores Antonio Carlos Magalhães (BA), César Borges (BA), Efraim Morais (PB), Jonas Pinheiro (MT), Kátia Abreu (TO) e Marco Maciel (PE); e representantes do PSDB.



Lúcia Vânia resalta necessidade de reatar confiança dos eleitores

Para Lúcia Vânia, sociedade ganha com nova regra

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que a sociedade poderá ser beneficiada com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre fidelidade partidária. Segundo o TSE, o mandato obtido nas eleições proporcionais pertence aos partidos ou às coligações, e não ao candidato eleito.

A senadora avalia que a utilização das legendas em interesses próprios, especialmente em momentos pré-eleitorais, provocou o descrédito dos eleitores em seus representantes.

– É preciso que reatem a confiança para que a sociedade se sinta motivada a participar novamente desse processo – disse.



Agora é possível voltar a acreditar na construção de partidos, diz Valter Pereira

Valter Pereira teme articulação contra parecer de tribunal

A sentença do Tribunal Superior Eleitoral que dá aos partidos o poder sobre os mandatos foi elogiada por Valter Pereira (PMDB-MS). Na opinião do senador, ao dificultar a infidelidade partidária e as chamadas legendas de aluguel, o TSE fortaleceu os partidos como instrumentos da democracia e da condução da vida política.

Contudo, Valter Pereira mostrou-se preocupado com articulações que estariam sendo feitas na Câmara para reverter a decisão.

O parlamentar também elogiou o PCdoB pela passagem dos seus 85 anos.

Repetição dos transtornos nos aeroportos leva parlamentares a pedir investigação rigorosa de irregularidades, incluindo denúncias de corrupção na Infraero

Senadores defendem apuração da crise aérea por CPI

A demora na solução para a crise no setor aéreo dominou ontem os debates no Plenário, com vários senadores defendendo a instalação de uma CPI para investigar as causas do chamado “apagão” aéreo. Jefferson Péres disse que, se a decisão do STF não for favorável à criação da comissão de inquérito na Câmara, caberá ao Senado promover a insta-

lação. Antonio Carlos disse “ter provas cabais de negociata tenebrosa na Infraero”, enquanto Gerson Camata sugeriu a aprovação de uma lei que permita ao Senado demitir conselheiros da Anac, cuja indicação é aprovada pelos senadores. Agripino anunciou que seu partido, o DEM – nova denominação do PFL –, conseguirá com rapidez as assinaturas necessárias para a criação

de uma CPI no Senado, caso o STF negue o recurso da oposição na Câmara. Virgílio disse que o governo finge que tem medo da “apuração do apagão, quando, na verdade, teme é a apuração da podridão interna na Infraero”. Em defesa da atual administração, Renato Casagrande sustentou que o governo Lula fez mais investimentos no setor que os governos anteriores.

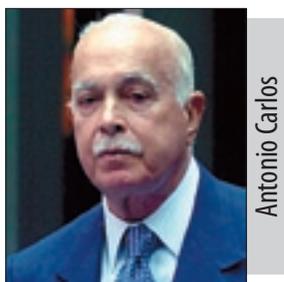
Problema exige a adoção de medidas mais severas

Jefferson Péres (PDT-AM) observou que a “crise intermitente” nos aeroportos do país exige medidas mais severas por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele criticou o chefe do Executivo por ter demorado tantos meses para solicitar um “diagnóstico mais preciso” a fim de tomar decisões, conforme noticiou a imprensa.

O senador fez comparação entre a forma como o governo brasileiro reage à crise do setor aéreo e a resposta dada pelo governo do Chile ao “apagão” no setor de transportes do país. Jefferson elogiou a presidente Michelle Bachelet, que, no início da semana, demitiu quatro ministros, alegando que seu governo “não aceita erros de ninguém”.

– Meses depois, ninguém foi demitido no Brasil. Por que o governo não é capaz de resolver essa crise? Isso é incrível e inaceitável.

Jefferson disse esperar que o Supremo Tribunal Federal conceda liminar para a instalação da CPI do Apagão Aéreo na Câmara. “O povo brasileiro quer saber o que há por trás disso tudo. Se a decisão não for favorável, creio que caberá ao Senado promover a instalação da CPI”, afirmou.



Antonio Carlos

Negociatas da Infraero têm que ser investigadas

Ao cobrar providências do governo para solucionar a crise nos vôos, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) defendeu a instalação de uma CPI com o objetivo de apurar falhas administrativas e desvio de recursos públicos nos órgãos responsáveis pelo tráfego aéreo e pela infra-estrutura aeroportuária.

– O governo participa do furto da Infraero. Tenho provas cabais das negociatas tenebrosas na Infraero. E se o governo não deixa instalar a CPI, é porque quer encobrir esse furto – acusou o senador, que disse esperar do STF uma decisão favorável à abertura das investigações.

Para Antonio Carlos, o governo está pagando preço político e “preço de outra maneira, preço mesmo”, para barrar a CPI na Câmara dos Deputados.

Lembrando que o acidente com um avião da Gol, no qual morreram 154 pessoas, completa seis meses, o senador cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais autoridade no setor: “O presidente ora pede, ora exige, ora implora, mas nada, rigorosamente nada, é feito para aumentar a segurança e impedir o atraso dos vôos”, advertiu o parlamentar.

Membros da Anac se omitem, mas não saem do cargo

Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou sua incredulidade diante do suposto seqüestro de um avião da TAM em recente vôo sobre Belo Horizonte, sem que nenhuma autoridade tenha comentado posteriormente o assunto, conforme acentuou.

– Um crime internacional, um crime federal. O avião foi obrigado a girar sobre Belo Horizonte por 45 minutos – denunciou, acrescentando que estava na aeronave e soube que se tratava de um seqüestro somente depois de consultar o piloto do avião, em pleno vôo.

Irritado com o fato de, mesmo com as cobranças do presidente da República, as autoridades responsáveis, incluindo o Sindicato dos Aeroviários e dirigentes da Infraero, “não se manifestarem mais sobre nada”, Camata perguntou onde está o poder da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para reduzir ou solucionar a crise da aviação comercial.

– Nós, que designamos os conselheiros das agências reguladoras, não temos o poder de tirá-los. Temos de criar uma lei para demiti-los também. Eles se omitem e se excedem e continuam por lá.



José Agripino

Caso seja negado recurso, Senado pode instituir CPI

José Agripino (RN), líder do Democratas (DEM), como a partir de ontem passou a ser designado o PFL, afirmou que, caso o STF negue provimento ao recurso da oposição para instalação da CPI do Apagão na Câmara, seu partido irá se mobilizar para apresentar, no Senado, um novo requerimento de instalação “que não admita contestação”.

– Colheremos as assinaturas em uma manhã. O fato determinado está em todos os aeroportos do país. Se não fizermos essa CPI, a população jogará nas nossas costas uma responsabilidade que é do presidente da República – observou.

Segundo Agripino, a CPI deverá investigar, por exemplo, por que apenas R\$ 6,9 milhões, dos R\$ 549,8 milhões, foram alocados para a rubrica “proteção ao vôo e segurança do tráfego aéreo” em 2007.

Ele se disse preocupado com o “faz-de-conta do governo” e acusou Lula de estar transferindo responsabilidades desde a eclosão da crise. E criticou o fato de o presidente pedir um “diagnóstico” do problema agora, quando já havia solicitado a mesma providência em dezembro.

Governo teme a apuração de desvios em estatal

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), denunciou a falta de segurança para decolagens e pousos no aeroporto de Manaus, em razão de defeitos nos equipamentos. Ao ler trecho de uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, ele disse que reforçava a investigação feita pela jornalista Liege Albuquerque.

Segundo o artigo, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, os ILS, equipamentos que permitem pousos ou decolagens quando há nevoeiros, não estão funcionando há cerca de 40 dias.

Virgílio comentou também os aspectos mais gerais da crise no setor aéreo e elogiou manchete do Jornal do Brasil, que traz uma crítica a Lula: “Apagão no Brasil. Lula reclama, mas mantém responsáveis. Dá prazo para resolver a questão, e a Infraero repete que não há prazo”.

– Setores da oposição têm fingido que querem apurar o “apagão”, e, na verdade, querem apurar a corrupção na Infraero. E o governo finge que tem medo da apuração do ‘apagão’ quando, na verdade, teme é a apuração da podridão interna na Infraero – disse o parlamentar.



Renato Casagrande

Foram poucos os investimentos nos governos passados

Para Renato Casagrande (PSB-SE), os atuais problemas do setor aeroportuário não resultam unicamente da falta de ação do governo Lula, mas da falta de investimentos no setor por governos anteriores.

O senador disse que Lula fez mais investimentos na área que seus antecessores ao promover a modernização de diversos aeroportos do país. Prova disso, segundo o parlamentar, é a investigação em curso na Controladoria Geral da União para verificar irregularidades em obras em vários terminais.

– A oposição busca créditos de programas que Lula implantou com mais velocidade. Mas não podemos inocentar ou isentar o governo Lula desse episódio – disse o parlamentar. A seu ver, o setor sofre de problemas estruturais de indefinição de gestão, uma vez que é comandado por órgãos diferentes.

– Essa é a oportunidade de acertar e ajustar essa área tão importante para o desenvolvimento do país – assinalou Casagrande, que anunciou a realização de audiências na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para avaliar a crise.



Jefferson Péres



Gerson Camata



Arthur Virgílio

Debate sobre biocombustíveis deve trazer ministros ao Senado

A Subcomissão dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), aprovou ontem requerimento do seu presidente, senador João Tenório (PSDB-AL), para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) destinada a debater a produção e a comercialização dos biocombustíveis. Conforme o requerimento, o debate deverá contar com a presença dos ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e de Minas e Energia, Silas Rondeau.

João Tenório aceitou proposta do vice-presidente da subcomissão, senador Sibá Machado (PT-AC), para que as audiências públicas propostas pelo colegiado sejam realizadas em conjunto com outras comissões interessadas em debater as diversas questões relativas aos biocombustíveis. Sibá citou como exemplo a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Nesse sentido, Tenório propôs e a subcomissão aprovou requerimento para que as audiências aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacio-



Subcomissão aprova requerimentos de autoria de seu presidente, João Tenório

nal (CRE), para debater acordos e negociações em andamento com governos e empresas estrangeiras relacionadas com a bioenergia, sejam realizadas conjuntamente com a subcomissão.

Foi acolhido ainda outro requerimento de João Tenório de audiência pública com a presença, entre outros, do diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. O presidente da subcomissão disse que, além de questões como a produção e a comercialização dos biocombustíveis, também devem ser debatidos pelos senadores os aspectos ambientais, sociais e trabalhistas, assuntos citados durante a reunião por Sibá Machado.

Presidente do Inkra poderá ser ouvido sobre retomada de terras

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento do seu presidente, senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), para realização de audiência pública com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), Rolf Hackbart, sobre vistorias em propriedades rurais sujeitas à ratificação de seus títulos de domínio.

O requerimento foi acolhido depois de debate entre senadores da comissão suscitado após a leitura, pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), de carta da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). No documento, os membros da Faep afirmam que “o objetivo do Inkra nessa vistoria, anunciada para abril, é identificar as terras não-produtivas para promover nulidades dominiais e, com isso, apossar-se das terras sem promover as respectivas indenizações”.

O senador Sibá Machado (PT-AC), que também subscreveu o requerimento, disse que a audiência com o presidente do Inkra deverá esclarecer o assunto envolvendo posse de terras nas



Requerimento de Roriz é acolhido pela comissão após denúncia da Faep

regiões de fronteira.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitando ao Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre a intenção do Inkra de reduzir de quatro para duas o número de suas unidades avançadas no estado de Mato Grosso do Sul.

Marisa Serrano pediu ainda informações sobre o número de famílias atendidas pelas atuais unidades avançadas e a projeção de atendimento das unidades que restarem. O número de funcionários das atuais unidades e das restantes também foi solicitado pela senadora.

Para Casagrande, relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, encontro com presidente ressaltará importância do Brasil no debate sobre o aquecimento do planeta

Parlamentares querem discutir mudanças climáticas com Lula

O relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), anunciou ontem que solicitou uma audiência com o presidente Lula para debater a política brasileira sobre aquecimento global com os integrantes do colegiado. Ele disse que o encontro com o presidente será essencial para ressaltar a importância da participação do Brasil no debate sobre o problema.

– O Congresso já vem dando demonstração clara de sensibilidade em relação ao tema – afirmou o senador durante reunião conjunta da comissão com as duas subcomissões que analisam o aquecimento global, ligadas às comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Casagrande quis saber dos representantes do governo presentes à reunião se o país aceitaria o estabelecimento de metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa para depois de 2012, quando deixam de valer as atuais metas do Protocolo de Kyoto.

Em resposta, o embaixador Ewerton Vieira Vargas, subsecretário-geral para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, ressaltou que o Brasil é soberano para fixar metas internas de redução na emissão de gases. Mas advertiu para a necessidade de essas metas, uma vez estabelecidas, serem cumpridas.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que o país



Vieira Vargas (E), deputado Eduardo Gomes, Casagrande, Collor e Capobianco, na reunião

precisa optar por um crescimento sustentável e defendeu a adoção, por exemplo, de combustíveis alternativos para o transporte público. Ele frisou que o governo brasileiro vem agindo “com muito rigor”, nos últimos anos, na área do meio ambiente. O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu a Casagrande que estimule os municípios de todo o país a criarem secretarias do Meio Ambiente.

“Engajamento absoluto”

O presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, que funciona no âmbito da CRE, senador Fernando Collor (PTB-AL), pediu ao presidente Lula que determine o “engajamento absoluto” do governo no esforço de redução da emissão, pelo Brasil, dos gases que causam o efeito estufa.

– O encontro com os líderes do G-8 poderá ser um bom momento para que o presidente Lula mostre que o Brasil não tem receio de estar na vanguarda desse processo – destacou Collor, referindo-se

a reunião prevista para junho do Grupo dos Oito com cinco países emergentes, entre os quais o Brasil [G-8+5].

O senador pediu ainda ao governo para que mantenha representantes permanentes nas reuniões da comissão e das subcomissões dedicadas ao estudo das mudanças climáticas.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, assinalou que o presidente da República está consciente da necessidade de uma participação especial do Brasil nas discussões internacionais relativas ao tema. Ainda que não tenha metas obrigatórias, o Brasil tem adotado diversas medidas para reduzir suas emissões, relatou o secretário. Entre elas, está a redução em 50% nos desmatamentos da Amazônia nos últimos dois anos. Com essa iniciativa, o país deixou de emitir 400 milhões de toneladas de CO² na atmosfera.

– O Brasil não tem sido omissos – garantiu Capobianco.

Reutilização de água para preservar o meio ambiente

A decisão do Senado, tomada em outubro do ano passado, no sentido de reutilizar a água usada para a lavagem de veículos oficiais já apresentou resultados. De acordo com a Coordenação de Transportes do Senado Federal (Cotran), o consumo de água na Casa caiu de 1.102 metros cúbicos, em setembro de 2006, para apenas 406 metros cúbicos em fevereiro deste ano. A iniciativa do Senado teve como objetivo contribuir para a conservação do meio ambiente, preservando água potável para as necessidades que exigem essa característica, como

o abastecimento humano, segundo informa documento divulgado pela Cotran.

O consumo total de água do setor de transportes do Senado já chegou a ser de 1.541 metros cúbicos em agosto de 2006. A medida, além de ambientalmente correta, representa uma considerável redução de custos, de acordo com a Cotran. Para reutilizar a água, o setor de transportes do Senado instalou uma pequena estação de tratamento do líquido. A água da lavagem de um carro é coletada e encaminhada à estação, onde é tratada e usada novamente.

Esse processo se repete ininterruptamente. A implantação do sistema está sendo feita em etapas e os últimos pontos de lavagem manual estão sendo interligados neste mês.

O Senado planeja diminuir ainda mais o consumo de água, afirmou a Cotran. Para isso, está procedendo a estudos da integração do sistema de reutilização com o de irrigação dos gramados. A Casa também deverá implantar medidas de gestão mais abrangentes para economia hídrica, que incluem a racionalização do uso e a minimização do consumo.

César Borges indaga sobre morte de peixes

César Borges (DEM-BA) cobrou ontem, da diretora do Centro de Recursos Ambientais da Bahia, Beth Wagner, a apuração da origem da poluição no entorno da Baía de Todos os Santos, área que atinge 12 municípios, incluindo a capital do estado, Salvador, cuja economia é baseada na pesca. Segundo ele, decorridos mais de 20 dias do aparecimento de peixes mortos nas águas da baía – o que, a princípio, atribuiu-se à explosão de bombas de pesca –, nada foi esclarecido.

– O que fez até agora o governo do PT em relação ao fato? – indagou.

Paim homenageia líderes comunistas

Ao discursar em comemoração aos 85 anos da fundação do Partido Comunista do Brasil, Paulo Paim (PT-RS) homenageou 16 militantes da agremiação que combateram na Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939. O senador destacou a influência “desses homens enlouquecidos por mudar a sociedade e torná-la mais justa” sobre toda uma geração de ativistas políticos.

Paim homenageou ainda o comunista negro Oswaldo Orlando da Costa, um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia, e o metalúrgico e deputado Raul Carrion.

Posse na associação de consultores

Dar continuidade ao processo de modernização da Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado (Alesfe). Esse é um dos desafios assumidos pela nova diretoria da entidade, empossada ontem e que será presidida por Marcus Peixoto.

Outras metas traçadas pela nova direção da Alesfe são uma maior divulgação de suas atividades e a abertura de espaços para uma atuação propositiva na área de assessoramento legislativo.

A Alesfe tem 200 associados e completou, em fevereiro, 20 anos de criação.

Proposta acolhida na Comissão de Assuntos Sociais obriga realização periódica de análises para determinar qualidade de alimentos e limites toleráveis de agrotóxicos

Aprovado controle mais rigoroso de resíduos tóxicos em alimentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) a projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que obriga a realização periódica de análises para determinar o padrão de identidade e qualidade de cada tipo de alimento. O texto prevê ainda que sejam fixados os limites residuais toleráveis de agrotóxicos, esteróides e outras substâncias anabolizantes, prejudiciais à saúde humana.

As normas de controle são especificadas pelo Comitê Codex Alimentarius do Brasil (CCAB), coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), e dizem respeito à higiene e segurança dos produtos alimentares comercializados no país. A proposta (PLS 152/06) altera a legislação atual – Decreto-Lei 986, de 1969 – para introduzir a determinação de periodicidade necessária à coleta de amostra, ensaio e análise para a investigação da qualidade dos produtos.

O projeto de Serys amplia a determinação de verificação de

Brasil segue regras de fórum internacional de normalização

O Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB) integra, desde 1980, o Fórum Internacional de Normalização sobre Alimentos – Codex Alimentarius –, criado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS). Suas normas têm como finalidade proteger a saúde da população, bem como assegurar práticas equitativas de comércio regional e internacional de alimentos e criar mecanismos que permitam a remoção de barreiras tarifárias. Além de representar o Brasil nos comitês internacionais e

defender os interesses brasileiros nas negociações para fixação de regras e padronizações, o CCAB implementa as normas do fórum nas regulamentações de alimentos adotadas no país.

O comitê é coordenado pelo Inmetro, sendo o Ministério das Relações Exteriores o organismo de contato com o Codex Alimentarius. Organizado em grupos temáticos, o CCAB atua na normalização de segmentos como frutas; carnes; óleos; águas minerais e sopas, entre outros. É composto por 14 membros, entre representantes do governo, das indústrias e de órgãos de defesa do consumidor.

“limite residual de pesticidas” – prevista no texto do decreto-lei – para “agrotóxicos e afins”, incluindo herbicidas, antifúngicos, antibióticos, raticidas e inseticidas, além de acrescentar esteróides e anabolizantes.

No substitutivo, Mesquita Júnior retirou parágrafo explicitan-

do que os controles de higiene deveriam ser feitos nos alimentos que compõem a cesta básica, justificando que tais alimentos já estão incluídos entre os previstos na proposta. A matéria terá votação suplementar na comissão, em decisão terminativa, antes de seguir para exame na Câmara.



Patrícia preside reunião da CAS em que foram aprovados diversos projetos e requerimentos para audiências públicas

Novas normas para comissões de prevenção de acidentes

O presidente e o vice-presidente das comissões internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), que funcionam no âmbito das empresas, deverão ser escolhidos entre os membros desses comitês. É o que determina proposta de Paulo Paim (PT-RS), aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) apresentou emenda destinada a transferir a definição do assunto para o acordo coletivo anual, mas a proposição foi rejeitada pelo relator, senador Flávio Arns (PT-PR). Adelmir antecipou que apresentará nova emenda em Plenário.

Temporão e Haddad devem participar de debates na CAS

Os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, serão convidados para audiências públicas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em datas ainda a serem marcadas. O ministro da Saúde deverá prestar informações sobre políticas e programas implementados em sua pasta, conforme requerimento de Papaléo Paes (PSDB-AP).

Com Haddad, os senadores querem discutir a proposta que torna obrigatório o ensino de educação sexual e institui o Dia do Planejamento Familiar. O projeto (PLS 284/06) e o requerimento são do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Para especialistas, uso de mamógrafos é mal administrado

Especialistas foram unânimes em afirmar, durante audiência realizada ontem na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que o Brasil possui uma quantidade de mamógrafos suficiente para cobrir toda a população que precisa realizar exame de mama. O problema é de gestão e de falta de vontade política. A audiência foi proposta pelas senadoras Kátia Abreu (DEM-TO) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Respondendo a Kátia Abreu, o mastologista José Antônio Ribeiro Filho aprovou a utilização do dispositivo Breast Care, como exame preliminar para diagnóstico do câncer de mama.

Também participaram do debate o diretor do Instituto Nacional do Câncer, Luiz Santini; o secretário de Ensino Superior de São Paulo, José Pinotti; e o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Diogênes Baségio.

Kátia Abreu alerta para crescimento de casos de câncer

Ao comentar audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais, Kátia Abreu (DEM-TO) destacou “dados assustadores”, segundo ela, do crescimento do câncer de mama no país. Em 20 anos, o número de casos da doença em mulheres teria subido de 20 mil para 60 mil e as mortes de 5 mil mulheres para 10 mil.

– Isso se deve à paralisia do governo. Cerca de 50% dos casos de câncer de mama, quando são identificados no Brasil, já estão em estágio avançado, causando enorme sofrimento às mulheres – protestou.

A senadora acrescentou que esse tipo de câncer não pode ser evitado, mas pode ter seus efeitos reduzidos, se tratado em seu estágio inicial. Ela reclamou da falta de manutenção dos mamógrafos existentes e da falta de profissionais especializados.



De acordo com Kátia Abreu, os problemas no setor se devem “à paralisia do governo”

Novas propostas que ampliam o combate ao aumento da criminalidade no país são aprovadas pela Comissão de Justiça e vão ao exame do Plenário

CCJ aprova pena em dobro para uso de menor em ato criminoso

Integrantes de quadrilhas ou bandos armados que utilizarem menores de 18 anos de idade em ações criminosas deverão ter as suas penas dobradas. Atualmente, o Código Penal estabelece reclusão de um a três anos para o crime de formação de quadrilha, independentemente da aplicação de outras punições pelos demais crimes cometidos. O aumento das punições foi decidido ontem pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar projeto de lei da Câmara dos Deputados. A proposição será submetida agora ao exame do Plenário.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), acolheu emenda de redação de Eptácio Cafeteira (PTB-MA) que dobra também a punição para o adulto – não integrante de quadrilha ou bando – que utilizar menores em ações criminosas. O projeto

agrava ainda a pena do adulto que admitir a participação de um menor em conduta delituosa, mesmo de natureza acessória.

O objetivo da proposta (PLC 9/07) é garantir a diminuição da participação de menores em atos delituosos, conforme esclarece o autor da matéria, deputado Onyx Lorenzoni. A matéria prevê ainda que a pena será duplicada se os integrantes da quadrilha estiverem portando armas.



Jarbas Vasconcelos (D) discute pontos da proposta com Mercadante e Demostenes (E)

Unificação de polícias sai da pauta e vai a debate em comissão especial

A proposta de emenda à Constituição que dá competência aos estados legislar sobre segurança pública, incluindo a unificação das polícias Civil e Militar, foi retirada da pauta da Comissão de Justiça pelo autor da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Com o argumento de que o assunto é polêmico demais, ele afirmou que pretende apresentar um substitutivo com melhorias, depois de ouvidos, entre outros, os senadores e representantes das classes policiais.

– Não queremos entrar em confronto com os delegados da Polícia Civil e os militares, nem criar uma situação de tensão. Não vou desistir, mas quero retirar de pauta para fazermos um estudo do projeto que preveja a unificação a médio e longo prazo.

O senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), presidente da CCJ, concordou com a retirada da PEC (21/05) para que se encontre, em “futuro próximo”, uma solução mais adequada, e

anunciou que será criada comissão especial com atuação restrita para discutir a proposta e que as sugestões deverão ser apresentadas no plenário da comissão.

– Vamos ouvir juristas, homens que lidam com esse problema, todos participarão – frisou o parlamentar.

Tasso Jereissati afirmou que a divisão das polícias muitas vezes acaba fazendo com que “os já escassos recursos para a segurança tornem-se ainda mais ineficientes”. Representantes do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das PMs e Corpo de Bombeiros, após encontro com Jereissati e Marconi Perillo (PSDB-GO), se comprometeram a preparar um texto com sugestões que consideram importantes para aperfeiçoar a proposta.

Também participaram dos debates Demostenes Torres, Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (DEM-SP), Magno Malta (PR-ES) e Valter Pereira (PMDB-MS).

Proposta restringe apelações de sentença contra a administração

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou na reunião de ontem projeto de lei oriundo da Câmara que acaba com a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição em sentenças desfavoráveis à administração pública nas causas de até 500 salários mínimos. A proposta, que modifica o Código de Processo Civil, será enviada ao Plenário.

Emenda apresentada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e acatada pelo relator da matéria (PLC 6/05), senador Pedro Simon (PMDB-RS), definiu aquele teto para o fim dessa obrigatorieda-

de. Sendo assim, somente serão remetidas ao tribunal, para que haja novo julgamento, as sentenças contra a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público com condenações superiores a 500 salários mínimos. Estão enquadradas na mesma situação as sentenças que, pelo menos em parte, julgarem procedentes embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.

– Essa emenda foi negociada com o autor do projeto – observou a senadora.

Fim da prescrição retroativa combate a impunidade

Projeto que visa acabar com a prescrição retroativa recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça e será enviado agora à apreciação do Plenário. A proposta, de iniciativa da Câmara, integra o pacote antiviolença.

No parecer favorável à proposição (PLC 19/07), o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), reconhece que a iniciativa é de caráter puramente técnico, mas, notou, irá colocar um ponto final no que chamou de “grande gargalo da impunidade” dentro do ordenamento jurídico brasileiro, que é a prescrição retroativa.

– A título de ilustração, suponha-se que o réu esteja sendo acusado por crime de roubo, cuja pena de reclusão é de quatro a dez anos. Antes da sentença, a prescrição pela pena em abstrato é de 16 anos. Se o juiz, ao sentenciar, fixar a pena em quatro anos, e o Ministério Público não apelar para aumentá-la, o prazo prescricional passa a ser de oito anos.

Demostenes esclarece que esse tipo de prescrição ocorre se, entre a data do crime e a data do recebimento da denúncia, ou entre tal recebimento e a sentença de primeiro grau, houver decorrido

aquele período. Ele argumenta que, se o processo se alongar, o réu nem sequer será preso e “sairá livre antes mesmo do seu fim”.

O parlamentar apresentou emenda determinando que “a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da publicação da sentença ou acórdão”.

A proposição também aumenta de dois para três anos o prazo prescricional para os crimes cuja pena máxima prevista seja inferior a um ano.

Gilvam teme greve e pede solução para Polícia Federal

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que cumpra acordo firmado pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, concedendo aumento salarial à Polícia Federal.

Preocupado com a paralisação de 24 horas dos policiais federais, ele cobrou urgência no pagamento do reajuste e o aproveitamento de excedente de aprovados em concurso da instituição realizado em 2004.

Gilvam Borges advertiu ainda sobre a possibilidade de os policiais, na hipótese de o governo negar suas reivindicações, deflagrarem uma paralisação geral por tempo indeterminado.

– É preciso que o ministro Tarso Genro, da Justiça, se empenhe e faça chegar ao presidente apelo para que sejam honrados os compromissos.



Gilvam pede ao governo que cumpra acordo feito por Thomaz Bastos



Expedito Júnior cobra mais recursos para a Polícia Militar de seu estado

Expedito pede investimentos na segurança em Rondônia

Expedito Júnior (PR-RO) afirmou ontem que o estado de Rondônia enfrenta problemas na área de segurança pública e cobrou dos governos estadual e federal investimentos no setor. Ele disse que as rebeliões e mortes no presídio Urso Branco não são apenas de responsabilidade do governo estadual, mas também do governo federal. Expedito Júnior pediu mais investimentos na Polícia Militar do estado.

O presídio Urso Branco foi inaugurado em 1997. Entre 2000 e 2005, a penitenciária enfrentou rebeliões que acarretaram o assassinato de mais de 90 detentos, além de centenas de feridos e instalações destruídas. O Brasil responde, desde 2002, a processo na Organização dos Estados Americanos por não respeitar as normas internacionais de direitos humanos em Urso Branco.

Senadores de diversos partidos ocupam a tribuna para destacar a luta dos comunistas e sua influência na política e na sociedade desde 1922

Senado homenageia história de 85 anos do PCdoB

O Plenário prestou ontem homenagem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que celebrou, em 25 de março, 85 anos de fundação. A comemoração foi proposta por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Além dele, o partido esteve representado pelo seu presidente, Renato Rabelo, pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, e pela prefeita de Olinda (PE), Luciana Santos, que compuseram a Mesa.

Primeiro a discursar, Inácio Arruda enumerou o que considera serem as principais contribuições da legenda. Já o presidente do Senado, Renan Calheiros destacou a importância do PCdoB na governabilidade do país.

O PCdoB nasceu do Partido Comunista do Brasil, então conhecido como PCB, fundado em 1922. O partido foi declarado ilegal naquele



Mesa dos trabalhos foi composta por Aldo Rebelo (E), Renato Rabelo, Renan Calheiros, Inácio Arruda, Orlando Silva e Luciana Santos

ano. Em 1935, participou da tentativa de golpe que ficou conhecida como Intentona Comunista. Em 1945, o PCB voltou à legalidade e elegeu seu primeiro senador – Luís Carlos Prestes –, mas foi novamente considerado ilegal em 1947. Nos anos 60, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mas manteve a mesma sigla e posteriormente dividiu-se em dois: o Partido Comunista Brasileiro, com a sigla PCB, e o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB.

Os comunistas voltaram à legalidade após o fim do regime militar, em 1985. Nova cisão ocorreu em 1992: uma ala do PCB decidiu mudar o nome para Partido Popular Socialista (PPS), enquanto outro grupo preferiu continuar com a sigla PCB.

INÁCIO ARRUDA

Único representante da legenda no Senado, Inácio Arruda (CE) disse que o PCdoB defendeu a reforma agrária, atuou contra o nazismo e na campanha O Petróleo é Nosso, e lutou por conquistas constitucionais como o asilo inviolável; o direito de o cidadão propor ação popular; a liberdade e a unicidade sindicais; o direito de greve; a reforma urbana; e o conceito de empresa brasileira de capital nacional.

ALOIZIO MERCADANTE

A participação do partido em todas as manifestações populares importantes da história recente do Brasil, em especial na luta pela redemocratização, foi destacada por Aloizio Mercadante (PT-SP). “O PCdoB sempre esteve ao lado do povo, da democracia e dos valores fundamentais, ativo na luta para se construir uma sociedade mais generosa, mais socialista e mais fraterna.”

EDUARDO SUPLYCI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que aos 20 anos de idade interrompeu os estudos para conhecer os países socialistas. Na volta, disse ter chegado à mesma conclusão que o PCdoB: “O Brasil teria que seguir seu próprio caminho para o socialismo, com respeito aos seres humanos e utilizando instrumentos como os ensinados por pessoas como Mahatma Gandhi e Martin Luther King”.

CRISTOVAM BUARQUE

O PCdoB deve promover a “atualização do conceito e a radicalização do processo de revolução” para “romper com a perplexidade e com a acomodação que tomou conta das esquerdas”, frisou Cristovam Buarque (PDT-DF). “Estão dizendo que morreram a utopia e a revolução, mas não podemos permitir que elas silenciem”, advertiu, ponderando: “A forma de fazer a revolução mudou”.

TASSO JEREISSATI

Em nome do PSDB, do qual é presidente, Tasso Jereissati (CE) parabenizou o PCdoB pelo seu “papel histórico e heróico”. Ressaltou que o partido manteve a sua luta com o “sacrifício de uma geração”, uma vez que muitos dos militantes deram a própria vida na defesa de seus ideais. Em aparte, Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiou o reconhecimento de Jereissati à importância histórica do PCdoB.

ARTHUR VIRGÍLIO

Olíder do PSDB, Arthur Virgílio, salientou que, entre os partidos de esquerda, o PCdoB destacou-se por ser radical, sem ser sectário. Para Virgílio, se o partido tivesse agido de outra forma, Paulo Maluf teria sido escolhido pelo Colégio Eleitoral em lugar de Tancredo Neves, o que poderia levar a um retrocesso político, no delicado momento da transição para o retorno à democracia.

SERYS SLHESARENKO

O PCdoB protagonizou as mais desafiadoras lutas do povo brasileiro nos últimos anos, afirmou Serys Slhessarenko (PT-MT). “Basta dizer que, desses 85 anos, o PCdoB e seus militantes foram obrigados a passar a maior parte na clandestinidade, muitas vezes perseguidos por regimes ditatoriais sem precedentes na América Latina e no Brasil. Foram anos de raras liberdades”, frisou a senadora.

SIBÁ MACHADO

Para Sibá Machado (PT-AC), as digitais e o DNA do PCdoB podem ser identificados nos momentos mais decisivos. O senador lembrou que o partido surgiu quando o país era presidido por Arthur Bernardes, que tratava a questão social como caso de polícia. Depois, vieram o Estado Novo, nos anos 1930, e o golpe militar de 1964, períodos em que os comunistas sofreram perseguições e prisões.

MÃO SANTA

A perseguição aos comunistas empreendida pelos regimes totalitários não impediu que os militantes do PCdoB atuassem na defesa das aspirações populares. A afirmação foi feita pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que, para ilustrar o sofrimento dos comunistas, lembrou que eles eram acusados até de “comer criancinhas”. Ele lamentou o fato de, no regime militar, os melhores professores terem sido presos.

MARCELO CRIVELLA

Ressaltando que é evangélico, Marcelo Crivella (PRB-RJ) reconheceu a importância da pregação comunista do PCdoB para o desenvolvimento social do Brasil. “Alguns dirão: ‘Mas o senhor é cristão, um homem da Bíblia, um homem do Evangelho’. Porém, não há cartilha mais comunista que o Evangelho”, sustentou, elogiando a luta histórica da militância do PCdoB por um Brasil mais justo.

LEOMAR QUINTANILHA

Não há uma luta progressiva relevante no Brasil ou no mundo que não tenha contado com o concurso direto desses brasileiros combativos, afirmou Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que já foi filiado ao PCdoB. Segundo ele, os militantes do partido têm hoje presença marcante na luta pelos direitos sociais, como no passado deram contribuição inestimável em tantas campanhas.

RENATO CASAGRANDE

As parcerias entre o seu partido e o PCdoB, celebradas em importantes momentos, foram lembradas por Renato Casagrande (PSB-ES). Ele recordou que os dois partidos estiveram juntos nas campanhas presidenciais realizadas a partir de 1989, destacando a formação da “famosa e histórica frente popular”, que apoiou a primeira candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

IDELI SALVATTI

Decididamente, não é para qualquer um comemorar tantos anos de existência, com tantas lutas, mesmo porque a estrutura partidária do Brasil não contribuiu para a solidez dos partidos, assinalou a líder do PT, Ideli Salvatti (SC). Ela observou que o PCdoB passou grande parte de sua existência na clandestinidade, nas lutas e nos enfrentamentos da política contra o patrimonialismo.

JOSÉ NERY

Na opinião de José Nery (PSOL-PA), o PCdoB desempenhou importante papel na construção da liberdade e da democracia no Brasil. O senador disse que o sonho do partido permanece atual, já que a causa da liberdade é uma luta contínua. Nery ressaltou que o PCdoB mantém o combate à exploração e à violência e lembrou a luta de seus militantes por uma sociedade mais justa.

RENAN CALHEIROS

O exemplo de coerência ideológica dado pelo PCdoB seria a maior contribuição da sigla para o atual cenário político-partidário brasileiro. Essa avaliação partiu do presidente do Senado, Renan Calheiros, que chamou a atenção ainda para a fragilização das estruturas partidárias no país. “Hoje, o PCdoB é um instrumento fundamental para a manutenção da governabilidade.”